

REVISTA DO NORTE

CIÊNCIAS, LETRAS, ARTES E OFÍCIOS

SÉRIE III - JUNHO DE 1952 - NÚMERO 5



058.134

R454

PERNAMBUCO. BRASIL

~~F 981.34~~
~~R 454~~

AC-373308

EX-8950074

F.T. e
analíticas

REVISTA DO NORTE

CIÊNCIAS, LETRAS, ARTES E OFÍCIOS

SÉRIE III - JUNHO DE 1952 - NÚMERO 5



PERNAMBUCO. BRASIL

Universidade do Recife
Faculdade de Direito
BIBLIOTECA
F21 | 4-2-5

A RENDIÇÃO

DOS HOLANDESES NO RECIFE

O PINTOR J. WASTH RODRIGUES, especializado em assuntos e temas militares, consultou-me, quando de sua última estada no Recife, acêrca dos detalhes da rendição dos holandeses. Transmiti-lhe as informações que a respeito possuía e, como êste assunto me parece de interesse e o episódio é referido diversa ou apenas vagamente exposto por alguns historiadores—como é o caso de Fernandes Gama, Varnhagen, Netscher e Wätjen—, apresento o resultado das minhas pesquisas.

No dia 26 de Janeiro de 1654 às 11 horas da noite, concluiu-se a capitulação, com a devolução dos documentos assinados pelos chefes holandeses do Recife, para o local em que se achavam reunidos os parlamentares, na Campina do Taborda. (1)

(1) *Relaçam Diaria do Sitio, e Tomada da forte Praça*

No *dia* 27 seguinte, Francisco Barreto mandou o exercito ocupar o Recife, Maurícia e todas as fortalezas, o que se fez do modo seguinte:

João Fernandes Vieira, a quem coube nesse dia a vanguarda, marchou à frente do seu têrço, entrou e ocupou a Fortaleza das Cinco Pontas com duas companhias do seu têrço e uma da tropa de Henrique Dias. (1) Os holandeses foram se retirando da fortaleza «em ordem, com bandeiras tendidas, mechas acesas, balas na boca», dirigindo-se para «hũa casa comprida a modo de tercena» onde entregaram as armas, que foram recolhidas. (2)

André Vidal de Negreiros ao mesmo tempo marchou em direção à Bôa Vista para, por esta via, entrar na cidade Maurícia, certamente pela então chamada ponte da Bôa Vista (ou ponte Velha atual) mas não achando entrada por êsse lado «tornou a buscar o caminho por onde foi João Fernandes Vieira». (3)

Francisco de Figueirôa também marchou pela Bôa Vista até Santo Amaro das Salinas e, atra-

do Recife (Lisbôa, 1654). Este folheto foi reimpresso nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. XX (Rio, 1899), pp. 187-205. As citações de página são desta reimpressão: p. 197. / (1) Liv. cit., p. 197. / (2) *Breve Relaçam dos Vltimos Svcessos da Gverra do Brasil* (Lisbôa, 1654). Também reimpresso no mesmo volume dos *Annaes* cit., pp. 167-185, do qual se fazem as citações: pp. 179-180. / (3) *Relaçam Diaria* cit., p. 197.

vessando o rio Beberibe, alcançou o istmo do Recife e ocupou as fortalezas e fortificações que aí se situavam. (1)

André Vidal foi, segundo menciona Diogo Lopes de Santiago, quem primeiro entrou na capital holandesa propriamente dita, e foi logo «guarnecendo com a sua infantaria todas as quartinas, baterias & fortes de hũa & outra banda & todos os postos da cidade, entrando ultimamente na Força de Sancto Antonio, que o inimigo fabricou no Conuento dos Capuchos» e pelos holandeses denominado Forte Ernesto. (2)

João Fernandes Vieira, concluida a rendição da Fortaleza das Cinco Pontas, atravessou com os seus soldados a zona situada entre a mesma Fortaleza e o recinto fortificado da cidade Maurícia e, transpondo a porta da cidade, marchou para o bairro do Recife, certamente pela rua da Balsa (hoje Avenida Marquês de Olinda) por ela atingindo a rua do Bóde ou dos Judeus (hoje do Bom Jesus); ao mesmo tempo fazia ocupar as ruas, estacadas, plataformas e baterias que os holandeses iam entregando, após o que marchavam em direção a «hum arco que está junto à Praça dos Judeos» (e que os holandeses chamavam *Lantpoorte* ou Porta de Terra e pelos nossos posteriormente

(1) *Breve Relaçam* cit., p. 180. / (2) Diogo Lopes de Santiago, *História da Guerra de Pernambuco* (Recife, 1943), pp. 724-725 e *Breve Relaçam* cit., p. 180.

chamado Arco ou Porta do Bom Jesus, por um nicho que nele se fez), onde foram encostando as armas, ficando os officiaes só com as suas espadas. «E logo ali [junto ao Arco] forão entregues ao dito Mestre de Campo João Fernandes Vieira as chaves de todos os Almazês de armas, munições & bastimentos que o inimigo tinha.» (1) Eram essas chaves em número de 73, segundo menciona Diogo Lopes de Santiago. (2)

Francisco de Figueirôa tendo atingido o istmo com o seu Têrço occupou os fortes na ordem seguinte: 1º o dos Parachis ou do Perrexil, 2º o forte do Brum, 3º «a fortaleza velha de pedra e cal, obra antiga dos Portugueses», isto é, o Forte de São Jorge ou de Terra, 4º o «Forte do Mar, obra também dos Portugueses.» (3)

Desarmados os militares e occupada toda a área do istmo, do Recife e de Maurícia «os soldados & moradores Olandeses se misturarão cõ os nossos portuguezes cõ huma familiaridade como se nunca entre elles houuera hauido guerra, pela bõa ordem que sobre isso deu o Mestre de Campo General [Francisco Barreto] debaixo de hum bando cõ grauissima pena a quẽ fizesse agrauo a morador ou soldado dos rendidos.» (4)

Outro documento conta que «ficarão todas as

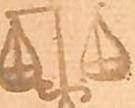
(1) Liv. cit., p. 180. / (2) Diogo Lopes de Santiago, liv. cit., p. 725. / (3) *Breve Relaçam* cit., p. 180. / (4) *Relaçam Diaria* cit., p. 197.

ruas com a nossa infantaria toda aquella noite té o outro dia à tarde, sem nenhuma companhia, official ou soldado mudar posto, assistindo sempre pellas ruas sem outro alojamento, do que se deixa ver quam habituada estaua ao trabalho, pois sobre o que padeceo nas noites antecedentes, nam tomou descanso emquanto não chegou & entrou na praça o seu Mestre de Campo General.» (1)

No *dia 28 de Janeiro* entrou na cidade o Mestre de Campo General, «festejado do exercito com grande mosquetaria e dos fortes rendidos com a artilharia.» «Vinha o Mestre de Campo General a cauallo acompanhado da cauallaria, & ao entrar da cidade Mauricia sahio a recebello a pé o General Segismundo acompanhado de seus officiaes de guerra. Desmontou o Mestre de Campo General, & desprezando os fauores da fortuna teue grandes cortezias com o dito General Segismundo, & a pé o trouxe à sua mão direita. Em o meyo da ponte, que vem da cidade Maurícia para o Recife, chegou o Presidente & os do Conselho Supremo a receber o Mestre de Campo General, que lhes fez grandissimas cortezias, trazendo-os por suas casas para os deixar nellas; mas o dito Presidente nam concedendo nisso, acompanhou o Mestre de Campo General até a casa em que se veyo recolher.» (2)

(1) *Breve Relaçam* cit., p. 181. / (2) *Relaçam Diaria* cit., pp. 197-198.

F.



Um impresso contemporâneo refere que Francisco Barreto «entrou em 28 de Janeiro à tarde, acompanhado de muita gente de caualllo e alguns officiaes do exercito. Nas portas da cidade achou ao Presidente do Supremo Conselho Gualtero Escolombrot com os mais do seu Conselho & ao General Segismundo Schop & alguns moradores que o estauão esperando a pé. Logo que o Mestre de Campo General chegou a elles se apeou & começou a disparar a artilharia & mosquetaria, repetindo-se as cargas assi como hia passando; entrou por cortezia na casa do General Segismundo, que o vinha acompanhando & viuia junto à ponte & fazendo nella pouca detença passou a ponte com o mesmo acompanhamento & entrou no Recife & foi direito à casa do Presidente do Supremo que o acompanhaua; e hauendo-se tambem detido nella pouco, foi alojar-se nas casas que seruião ao Conselho Supremo dos Olandeses.» (1)

Ha, como se vê, algumas divergências de detalhe entre um e outro escrito. O depoimento da *Dagelijcksche Notule* da quarta-feira 28 de Janeiro de 1654 é o seguinte, traduzido do holandês: «À tarde, por volta das 4 horas, chegou a Antonio Vaz o Mestre de Campo General Francisco Barreto acompanhado de cerca de 70 pessoas a cavalo e, a pé, foi recebido pelos Senhores do Govêrno e

(1) *Breve Relaçam* cit., pp. 181-182.

pelo Senhor Tenente General e acompanhado pelos mesmos até o seu alojamento; à sua chegada e por ordem sua, todos os canhões dos fortes e baterias foram disparados pelos portugueses e os soldados que se achavam no Recife e que haviam sido postos em formatura ao longo das ruas pelos seus coroneis, deram três descargas com seus mosque-tes.» (1)

Outra testemunha do ato e dele participante foi o Conselheiro Supremo Hendrick Haecxs; no seu *Diário* menciona em data de quarta-feira 28 de Janeiro: «o Mestre de Campo General Francisco Barreto acompanhado de 70 cavaleiros chegou a Antonio Vaz onde se apeiou e seguiu a pé pela ponte com o Senhor Schoppe. Depois o conduzimos até a Casa do Conselho onde fez a sua residencia e voltamos para as nossas casas.» (2)

Francisco Barreto foi alojar-se, como se viu, «nas casas de palacio em que assistião os Governadores Flamengos da Companhia», «as quais casas foram fabricadas pelos ditos Governadores Flamengos», segundo menção constante do *Inventá-*

(1) *Dag. Notulen der Hooge Regeeringe*, 1654, MS da Co-
leção José Higino do Instituto Arqueológico Pernambu-
cano. / (2) S. P. L'Honoré Naber, "*Het Dagboek van
Hendrik Haecxs, Lid van den Hoogen Raad van Brazilië
(1645-54)*", *Bijdragen en Mededeelingen van het Histo-
risch Genootschap*, n.º XLVI (Utrecht, 1925) pp. 126-311,
p. 300.

rio dos Prédios. (1) Aí é que Francisco Barreto recebeu das mãos de João Fernandes Vieira as 73 chaves que lhe haviam sido entregues pelos holandeses nas proximidades do Arco do Bom Jesus. (2)

Alguns autores têm fantasiado a cena da rendição e Varnhagen chega a propor «para a cerimônia da entrega das chaves» que se teria verificado, segundo êle, quando do encontro de Schkoppe e Barreto «às portas» da cidade, um «quadro por certo digno de immortalisar para o futuro o pincel de algum artista brasileiro, como o da rendição de Breda, a Spinola, immortalisou a Velasquez.» (3) Tal quadro seria, se obedecida a sugestão e descrição de Varnhagen, um erro histórico. Mas se algum artista desejasse pintar um episódio da rendição, ao meu ver teria de escolher entre os três seguintes: o da entrega pelos holandeses a Vieira das 73 chaves, junto ao Arco do Bom Jesus; o do encontro de Francisco Barreto com Schkoppe e os membros do Govêrno Supremo; o da entrega por Vieira a Barreto das chaves recebidas, o que teve lugar na Casa do Conselho onde se alojou o Mestre de Campo General.

O local em que se realizou o encontro de Fran-

(1) *Inventário das Armas e Petrechos Bélicos que os Holandeses deixaram em Pernambuco e dos Prédios edificados ou reparados até 1654* (Recife, 1940), item 200, p. 92.

(2) Diogo Lopes de Santiago, liv. cit., p. 725. / (3) F. A. de Varnhagen, *História das Lutas com os Holandeses no Brazil* (Viena, 1871), p. 261.

cisco Barreto e Sigemundt von Schkoppe é possível fixar pelo que dizem os documentos: a *Relaçam Diaria* diz que foi «ao entrar da cidade Maurícia»; a *Breve Relaçam* indica que foi «às portas da cidade» Maurícia; os documentos holandeses (inesperadamente fazendo uso da designação portuguesa) mencionam que foi em «Antonio Vaz».

Segundo Pereira da Costa a porta da cidade Maurícia ou Porta Sul «estava situada no bairro de São José, pouco distante da Fortaleza das Cinco Pontas, e constituia o único ponto de comunicação com a cidade Maurícia, porquanto todo o seu recinto achava-se defendido por uma linha de fortificação que partia daquella fortaleza e ia terminar no Forte Ernesto.» A dita porta Sul ou de Santo Antonio, «como a chamavão os portugueses, estava situada no lugar, pouco mais ou menos em que se acha hoje a rua do Jardim. O inventário dos prédios que os holandeses edificarão no Recife, falla da porta de Santo Antonio... Foi nas portas da cidade Maurícia, como a chamavão os holandeses, que teve lugar no memoravel dia 28 de Janeiro de 1654 a entrega das chaves da vencida cidade ao general em chefe do exercito restaurador.» (1)

(1) F. A. Pereira da Costa, *As portas da Cidade do Recife, o Arco e a Capella do Bom Jesus*, Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano n.º 42 (Recife, 1891), pp. 285-286.

O Instituto Arqueológico Pernambucano posteriormente colocou em uma pequena praça próxima do local designado por Pereira da Costa, e que se passou a designar por *Praça da Restauração*, um obelisco comemorativo da rendição.

Pereira da Costa, porém, enganou-se na localização da Porta Sul. Na *Dagelijcksche Notule* de 8 de Janeiro de 1652 consta que se tendo arruinado a porta, foi ela reconstruída: mandou-se fazer «uma nova porta de pedra» («*een nieuwwe steene poorte te laten opstellen*»). (1) Que ela foi realmente reconstruída de pedra verifica-se do *Inventário dos Prédios*, onde é chamada de Porta de Santo Antonio. A sua situação está perfeitamente indicada no *Inventário*: «§ 302. Na porta de Santo Antonio está a porta de serventia que vem dos Afogados,.... com as portas fabricadas por flamengos de tijolo e pedra.» «§§ 303/304. Duas moradas de casas de sobrado fabricadas por flamengos, com as suas lojas, *ao entrar da dita porta*.... Estas casas são colégio dos Padres da Companhia de Jesus», [portanto, no local do depois chamado Cais do Colégio, hoje Praça 17]. «§ 305. E *por detraz das ditas casas* está a Igreja dos Franceses, que foi fabricada à ordem dos flamengos». (2) Situava-se, pois, a Porta Sul ou de Santo Antonio próxima

(1) *Notulen van den Hoogen Rade in Brasil van den jare 1652*, MS da Coleção José Higinio, citada. / (2) *Inventário das Armas....e dos Prédios* cit., pp. 133-134.

ao Colégio dos Jesuitas, por detraz do qual estava a Igreja Francesa, cuja localização na cidade Maurícia está indicada nos mapas holandeses contemporâneos.

Mas ha ainda duas outras indicações que confirmam que a porta não ficava situada «proxima à rua do Jardim» como quer Pereira da Costa. E são do proprio Pereira da Costa as indicações que colhi e que constam dos seus *Annaes Pernambucanos*, nos volumes que ainda permanecem parcialmente inéditos.

Em data de 19 de Janeiro de 1656 Pereira da Costa menciona uma doação feita por Belchior Alves, aos padres capuchinhos, de um terreno para a fundação de um hospício no Recife, com a sua igreja. A escritura diz que o terreno estava situado «no lugar chamado Fóra das Portas de Santo Antonio» e é, com pouca diferença, o em que hoje se levanta a Igreja e Convento da Penha.

Referindo-se, em data de 6 de Junho de 1752, à Igreja de São José de Riba Mar, cita o mesmo historiador um documento que informa que ela estava situada «fóra das Portas de Santo Antonio». Tanto a Igreja de São José como a Igreja da Penha estão aquem da rua do Jardim, para quem se acha no bairro de Santo Antonio, de onde são datados os dois documentos.

Ainda a proposito da Porta Sul ou Porta de Santo Antonio, reconstruida em 1652 como ficou

mencionado, sugiro que a ela devia pertencer a lage de mármore europeu com a inscrição em holandês «Op Gebouwt Onder D' Hooge Regeeringe van Praesidt en Raden Anno MDCLII» (isto é, «Construído sob o Govêrno Supremo do Presidente e Conselheiros no ano de 1652»), encontrada em 1806 junto à Matriz do Corpo Santo do Recife, segundo informação de Manuel Aires do Casal, na sua *Corografia Brasílica*. (1) Na documentação holandesa contemporânea não ha indicação de qualquer outra construção realizada em 1652, ocasião aliás pouco propícia a trabalhos dessa natureza, por se acharem os holandeses em apertado cêrco, nos últimos meses de sua resistência.

Antonio Pedro de Figueirêdo na secção *A Carteira do Diário de Pernambuco* de 17 de Agosto de 1856, refere a propósito da inscrição: «Diz o auctor das *Memórias Diárias da Província de Pernambuco*, no tomo III p. 226, que não pôde saber qual foi o edificio que em 1652 levantaram os hollandezes, e que procurando a lage de pedra em que estava a inscripção, não lhe foi possível achal-a.... O citado auctor enganou-se na época, pois que, em vez de 1652 como elle diz, a inscripção foi aberta em 1642, e além disto temos para

(1) *Corografia Brasílica* (2 vls., São Paulo, 1943), II, p. 131.

nós que elle não procurou com cuidado o monumento em que falla.

«Com effeito, esta lage existe, he de mármore e de notável comprimento e largura. O cavalleiro Araujo que esteve em Haya na qualidade de enviado de Portugal e que depois foi nomeado Conde da Barca, quando tocou aqui em 1808, vindo de passagem na náó Medusa, uma das que acompanhou a esquadra em que veio a familia real portugueza para o Brasil, vendo esta inscripção entre as pedras destinadas à edificação da Matriz do Corpo Santo, tomou a competente nota, e pensamos ter sido elle que transmittio a noticia ao Auctor da citada *Corographia*. O edificio em que estava collocada esta pedra, era a casa do Thezouro hollandez e que fôra demolido. [...] A pedra lageava primitivamente a Capella do SS. Sacramento, mas hoje, não sabemos por que motivo, a Irmandade da Matriz mandou tirar e collocar-a à entrada, junto à soleira da porta principal. Assim, está bem patente: e apezar do uso ainda existem signaes das lettras, que eram em relevo e que foram aplainadas, os quaes afinal desaparecerão com o andar do tempo.»

A. P. de Figueiredo não afirma categoricamente que a inscripção indicava a data de 1642 nem êle viu a lage, pois as informações que transcreveu lhe foram comunicadas por «um nosso prestimoso amigo, natural desta cidade». Ha mesmo duas

razões de pêsso que parecem demonstrar ser correta a transcrição de Aires do Casal: a primeira é que si datada a inscrição de 1642, não deixaria de ser mencionado o fato de que ao tempo era governador da colonia o Conde de Nassau; a segunda é que até 1646, os três conselheiros, que substituíram o Conde no govêrno, formavam o chamado *Alto Conselho (Hooge Raad)* e que só com a chegada ao Recife do novo conselho administrativo, do qual era Presidente Walter van Schoonenborch e Conselheiros Michiel van Goch, Simon van Beaumont, Abraham Trouwels e Hendrick Haecxs, é que passou a ser usado o titulo de *Govêrno Supremo (Hooge Regeeringe)* que é exatamente o mencionado na inscrição.

JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE MELLO

56-936

NOTAS SÔBRE O RECIFE PRIMITIVO

I

A ALFÂNDEGA

1—A primeira referência à alfândega de Pernambuco é a contida no Regimento passado ao Provedor Mor do Brasil, Balthazar Roiz Soza, em Lisbôa, a 12 de Março de 1588.

Consigna êsse documento os seguintes dados: a) não havia ainda casa própria da alfândega de Pernambuco; b) ocupava essa repartição fiscal uma casa de aluguel; c) diziam as informações ao rei convir a construção de «uma casa dalfandegua junto do mar no lugar onde se descarreguão os taes navios e que poderá custar a obra della atee tres mil cruzados»; d) com o que, concluia o rei mandando ao provedor se informasse «se convem a bôa arrecadação de minha fasenda fazer-se a dita casa da alfandegua e constando-vos que será em prol e utilidade della dareis ordem como se faça e de tudo o que assi achardes e fordes provendo e diligencias que fizerdes avisareis em cada hum

anno que venhão por vias a meza de minha fazenda.»

2—Uma certidão do provedor de Pernambuco Miguel Gonçalves Vieira, passada três anos mais tarde, informa quando, como, por quanto e de quem foi alugada a casa que servia de alfândega:

«por bem do serv^o de sua Mag^{de} e segurança dos seus dr^{tos} e mais despachos de partes que se oferecem no Recife e povo desta Villa aluguei nelle huas casas a João Gonçalves já diffunto na era de oitenta por preço de seis mil réis assim por os dittos despachos como pera dellas fazer almazem pello não aver na dita cap^a onde mandei agazalhar toda a artilharia e mais munições que havia da fazenda delrey e sendo no Reino se venderão as dittas cazas e se tomarão outras em lugar dellas a Antônio Vaz e vai em quatro annos que lhe não hee pago o aluguer dellas de trinta milrês por anno e por que por muitas vezes se pedio o pagamento das dittas cazas e lho não mandey por não ter nenhua ordem de sua Mag^{de} nem de seus off^{aes} me pedio aprezenete pera com ella requerer a qual eu passei por mim feita e assignada em Olinda a des oito de septembro de noventa e um.»

3—O próprio Antônio Vaz requerendo o pagamento do aluguel de sua casa, ou como então se dizia, no plural, de suas “cazas”, declara que elas são «de pedra e cal no porto da Villa de Olinda

que he hua legua da ditto Villa aonde as naos estão e carregão e descarregam toda a carga as quais cazas são sobradadas com suas barandas e tem logeas e almazens e lhe forão tomadas por os officiais da fazenda de sua magestade haa quatro annos pera se agazalharem quando vão a ditto porto a dar ordem aos despachos e partida das naos assi pera se recolherem algumas munições e artelharia miúda e outras couzas sem ategora lhe ser pago couza alguma avendo no ditto porto outras cazas muito mais pequenas e peiores que se allugão em cada hum anno por mais de trinta mil rés.»

4—Outro documento, o testemunho do meirinho da Alfândega, Martim Gonçalves Teixeira, esclarece mais a utilização da referida casa: «na qual se recolhem os off^{es} da fazenda e alfandega e assim ouvydores gerais e provedores e todos os mais officiais que a esta Cap^a vem e se recolhem na dita caza assim na yda como da vinda e estaa sempre despejada pera as couzas de sua mag^{de} e nas loges recolhem munições e artelharia e todas as cousas pertencentes a sua Magestade.»

5—Conforme um laudo de avaliação pertencente à mesma série de documentos, o aluguel da casa de Antônio Vaz compreendia móveis e serviços auxiliares, assim enumerados:

«alem da ditto caza tem sempre provida de cadeiras e mezas e mais couzas necessarias pera todos

os ff^{es} de sua Mag^{de} que nella se agazalhão com agoa de que Recife caresse e com homem branco sempre nella e o seu passo que estaa pegado della sempre serve pera agazalhar a artilharia e mais couzas de sua Mag^{de} e os seus barcos assim mesmo do que tudo somos boas test^{as} e o vemos cada dia e por tanto somos de paresser se lhe paguem quatrocentos cruzados dos quatro annos.» Êste documento tem a data de 17 de Março de 1593.

6—A 15 de Outubro do ano immediato é passado o termo de aluguel de outro prédio, agora no Varadouro em Olinda:

«estãdo presente osnor provedor e ofeitor e almox^e de sua magestade e opcurador da fazenda do dito sñor e eu Ant^o da Rocha estando todos iuntos por não aver caza da alfandega foi consultado pello dito snor provedor e os mais of^{es} que não avia alfandega que tomassem hua caza perto e acomodada no varadouro pera a ditta alfandega que lhe fosse tomada pera serviço de sua Mag^{de} pera nella se recolherem as fazendas que viessem do Reyno, e logo fomos todos iuntos e as tomarão a domingos gomez por preço de quarenta mil rés que era o preço que davão pella ditta caza.»

7—Até 1602 as fontes são omissas sobre a construção do prédio próprio da alfândega autorizado desde 1588 por el-rei. Naquele ano, com a estadia do governador geral Diogo Botelho em Pernam-

bucu, o provedor da capitania Miguel Gonçalves Vieira enumera, por certidão, entre as benemerências do governador o ter mandado continuar as obras da casa da alfândega ha muito paralizadas. Diz a certidão que Diogo Botelho:

«Primeiramente, soube que não havia alfandega e que para se despachar e fazer negocios da fazenda de Sua Magestade alugavam-se casas para isso; estando as paredes da dita alfandega feitas ha muitos annos, mandou por nellas mão e as mandou acabar e cobrir e se fica fazendo a obra com os officiaes nella.»

Apesar da construção ter se adiantado a ponto de abrigar de certo modo os serviços, parece que as obras não chegaram então a concluir-se, conforme se indica adiante.

8—A localização da alfândega no Recife ou em Olinda ia suscitar a primeira divergência entre os interesses do pôrto e os da vila, dos respectivos moradores. Aliás já se a pressente com a mudança do aluguel de prédio do Recife para Olinda, depois de el-rei haver se pronunciado pela sua construção junto ao pôrto. Em 19 de Março de 1605 volta el-rei a afirmar o seu pensamento escrevendo a Diogo Botelho:

«Por ser informado que por estar a alfandega de Pernambuco na villa de Olinda e os officiaes della viverem na mesma villa, que esta uma legua do arrecife, onde as mercadorias se embarcam e de-

sembarcam, ha occasião de se desencaminharem muitos direitos dellas e se commetterem outras desordens, hei por bem que a dita alfandega se passe ao Recife e os officiaes della vivam ahi mesmo.»

9—A reacção dos interessados no desvio dos direitos, e dos próprios officiaes da fazenda cuja residência, pelo menos, os fazia pender para Olinda, não se fez naturalmente esperar. As alegações eram as mais sérias, pois baseavam-se na defesa do porto e segurança da própria capitania, mas em evidente detrimento do progresso do Recife que já se mostrava inconveniente a muitos moradores de Olinda.

A alegação impressionou vivamente o govêrno de Lisbôa que contramarchou, em carta de 7 de Junho de 1607 a Diogo Botelho:

«E porque sou informado que com a mudança da Alfandega de Olinda para o porto do Arrecife ha queixa dos moradores daquella villa e que em razão da dita mudança se vão fazendo casas junto do dito forte e que tomando os inimigos ali terra poderiam fazer grande damno ao mesmo forte, vos encommendo que vos informeis muito particularmente deste negocio e saibaes os inconvenientes que se podem seguir da mudança da dita alfandega e do prejuizo que as casas que de novo se edificam podem fazer ao dito forte.

«E ouvireis em uma cousa e outra aos officiaes

da camara da dita villa de Olinda e me avisareis de tudo o que nisto achardes e fizerdes.»

Nada nos dizem as fontes sôbre o pronunciamiento dos camaristas de Olinda, mas certamente foi êle contrário pois ha informações que dizem que êles procuravam estorvar o progresso do Recife.

10—Uma voz autorizada entretanto se levantaria para combater o principal argumento de segurança militar apresentado por aquêles a quem convinha a alfândega longe do pôrto: a do autor do *Livro da Razão de Estado do Brasil*, que se attribui ao sargento mor do Brasil e fortificador de Pernambuco, Diogo de Campos Moreno.

Sob o fundamento da segurança da capitania, Diogo de Campos sustenta justamente o contrário:

«Crescendo a população [do Recife] por terra e pelo salgado até o forte vélho, o numero dos moradores e da gente do mar fôra, sem outra guarda muito respeitado; e muito defendido o sitio; e só para os fortes sem mais presidio, bastaram trinta soldados; de maneira que com as *alfandegas* aqui postas, e licença para edificarem bastara pela natureza do sitio a se fazer um lugar mui honrado, mui rendoso e sustentado com mui pouca custa.»

A argumentação não deu resultado. As obras da alfândega de Olinda foram concluidas surgindo um edificio vistoso que se tornou como que a porta de entrada da vila por água e por terra. Aliás Frei

Vicente do Salvador atribui a realização das obras ao governador Gaspar de Souza, em 1614, quando de Pernambuco providenciava a conquista do Maranhão. Naturalmente tomou o autor do acabamento pelo de toda obra. Assim se expressa o nosso primeiro historiador sôbre as iniciativas de Gaspar de Souza:

«Fez tambem algumas obras importantes, como foi uma formosa casa pera a alfandega sobre o varadouro onde se desembarcam as fazendas das barcas.»

Só a destruição de Olinda pelos holandeses e o correlato desenvolvimento impresso ao Recife, como centro politico e comercial, viriam fixar definitivamente junto ao pôrto a casa da Alfândega de Pernambuco.

GIL MARANHÃO

56-937

OS ARRECIFES DE PERNAMBUCO

ESTADO relativamente pobre em recursos minerais, Pernambuco apresenta, entretanto, um conjunto expressivo de aspectos marcantes da sua constituição geológica.

Logo na região costeira aparece um dos mais singulares acidentes: os recifes de arenito e os de coral.

Charles Darwin — um dos primeiros homens de ciência que identificaram a natureza desses recifes — deixou-nos a asserção: «O mais curioso objeto que vi por êstes arredores é o arrecife que fórma o pôrto. Não creio que haja em todo o globo outra formação natural com um aspecto mais artificial.» (1)

Cumprê acentuar, desde logo, a ocorrência de

(1) Carlos R. Darwin, *Mi Viaje Alrededor del Mundo*, trad. espanhola, v. 2º, p. 242.

duas espécies distintas de arrecifes, cuja gênese, cuja estrutura, cuja situação e extensão e cujo aspecto diferem completamente: os arrecifes de arenito, chamados *arrecifes de pedra*, e construções zoógenas, os recifes de coral.

John Branner cita os arrecifes de arenito como característicos da costa brasileira, tendo verificado a sua ocorrência desde o Ceará até a Bahia e o seu notável desenvolvimento em Rio Formoso, no pôrto do Recife, na foz do rio Goiana e ao sul do cabo de Santo Agostinho.

Na opinião de Branner, «êsses arrecifes eram originariamente praias de areia, pelas quais as águas dos rios se têm infiltrado, consolidando a areia pela precipitação da cal entre os grãos.» (1)

Uma das circunstâncias mais curiosas é a disposição aproximadamente retilínea de tais arrecifes, que correm aqui, em média, nas cercanias do ancoradouro, com um rumo verdadeiro de S 20° W. Esta, sem dúvida, a justificativa da impressão de Charles Darwin: «um quebra-mar construído por ciclopes.»

Alfredo Lisbôa, referindo-se ao notável acidente natural, escreve: «Esta extensa linha de rochedos é constituída por um arenito, que resultou da

(1) John Casper Branner, *Resumo da Geologia do Brasil para acompanhar o mapa geológico do Brasil*, ed. brasileira, 1919, p. 107.



Fot. de Benício W. Dias.

PÔRTO DO RECIFE — UM ASPECTO DO ARRECIFE DE ARENITO

aglomeração das areias amontoadas e alinhadas pela ação das correntes fluviais e das vagas do mar; aglutinação exercida pela cal proveniente da decomposição de conchas e mariscos. Segundo resulta dos furos de sonda praticados por Sir John Hawkshaw em 1874, não excede de três a quatro metros a espessura da rocha, que está sobreposta a camadas de areias e conchas, seguidas de argila compacta.» (1)

Como é fácil de compreender, a largura dos arrecifes, ao longo de seu extenso percurso, varia dentro de certos limites, medindo de 20 a 60 metros no trecho que abrange a cidade do Recife. O cimo ou superfície superior dos arrecifes atinge, sem jamais ultrapassar, o nível da preamar de águas vivas. Daí a sua emergência em toda a baixa-mar, ocasião em que se tornam, pois, pedregais aparentes e visíveis à distância aos navegantes da costa.

Como faz notar Fritz Frech «Os antigos navegantes chamavam *arrecife* a uma massa rochosa que emerge a uma certa distância da costa e é coberta pelas ondas. Segundo o aspecto e tamanho do conjunto tem-se o critério topográfico para a distinção entre arrecifes e ilhas». (2)

Sob o ponto de vista náutico, esses arrecifes

(1) Alfredo Lisbôa, *Estudo Hidrográfico e Meteorológico do Porto do Recife*, 1915, p. 7.

(2) Fritz Frech, *Geologia*, Editorial Labor, 1926.

constituem, aliás, bancos de pedra, escolhos, baixios ou parceis, cuja ocorrência e situação exata é mister conhecer e fixar com precisão, afim de evitar acidentes. É natural, portanto, que, embora não identificados ainda pelos naturalistas e geólogos, já figurem êsses arrecifes em antigas cartas marítimas, em roteiros e em velhos e incorretos documentos cartográficos.

Charles Darwin, apesar de não estabelecer uma nítida distinção e localização relativa entre as duas espécies de arrecifes — os de arenito e os de coral — tem, no entanto, grande quota de razão ao expressar-se do modo seguinte: «Por mais que as águas do Atlântico, carregadas de detritos, venham dia e noite, quebrar-se contra o escarpado flanco deste muro de pedra, jamais puderam encontrar mudança alguma em seu aspecto os navegantes mais antigos. Esta duração é um dos fenômenos mais curiosos de sua história, e se deve a um revestimento muito duro de matérias calcárias, o qual tem apenas algumas polegadas de espessura, e é formado sucessivamente pelo crescimento e morte de pequenos tubos de *sérpulas*, *anatifos* e *nulíferos*. Êstes nulíferos, que são plantas marinhas duras e de organização muito simples, desempenham papel análogo e igualmente importante na proteção das superfícies superiores dos arrecifes de coral, sobre os quais as ondas se desfazem, quando morrem os verdadeiros corais, por causa da ex-

posição ao sol e ao ar. Êstes seres insignificantes, e sobretudo as sérpulas, prestaram grandes serviços aos habitantes de Pernambuco, pois, com efeito, sem sua intervenção ha muito já se teria êsse arrecife destruido, e sem êle não existiria pôrto.» (1)

Por sua vez Charles Frederick Hartt, mestre e antecessor de Branner, tem oportunidade de escrever: «A cidade de Pernambuco ou Recife deve a sua importância às suas costas consolidadas ou recifes de pedra. A não ser por isso, não ofereceria vantagens para o comércio. Sua posição, na parte mais oriental do Império, torna o pôrto extremamente acessível e os navios da América do Norte ou Europa, que se dirigem à América do Sul, Índia Oriental ou portos africanos pouco se têm que desviar de seu caminho para fazerem escala em Recife.» (2)

Vários anos após, descrevendo os arrecifes de arenito, escreve John Branner: «Diversos portos do Brasil devem a sua existência a êstes recifes, a saber, o do Recife, o de Natal, o de Pôrto Seguro e muitos outros de menor importância.» (3)

(1) Carlos R. Darwin, *Mi Viaje Alrededor del Mundo*, trad. espanhola, v. 2º, pp. 242-243.

(2) Charles Frederick Hartt, *Geologia e Geografia Física do Brasil*, trad. portuguesa, 1941, p. 469.

(3) John Casper Branner, *Resumo da Geologia do Brasil para acompanhar o mapa geológico do Brasil*, 1919, p. 107.

Em síntese, a importância da cidade do Recife e, de modo implícito, a de todo o Estado, é função das condições privilegiadas de seu pôrto de mar. E êste, por seu turno, tem como razão de ser a existência e excepcional configuração dos arrecifes, que se impuseram, de início, como abrigo natural e seguro para as embarcações que demandavam o saliente nordestino ou que daí partiam para outros pontos do globo.

Resguardar êsses arrecifes contra a impetuosidade dos fatôres naturais de destruição é, assim, proteger e conservar as ótimas condições do proprio ancoradouro. A respeito, informa Alfredo Lisboa: «Também a mão do homem interveio para obstar a ruína dos arrecifes, estabelecendo paredes mais ou menos reforçados sôbre êles, em uma extensão de 912 metros, a contar do farol; foi êste trabalho iniciado durante o domínio dos holandeses, e várias vêzes reparado e acrescido posteriormente e, atualmente, uma muralha contínua, de quatro metros de espessura e subindo à altitude de 4,0 metros acima de baixa-mar de águas vivas, levanta-se por sôbre os arrecifes, desde o farol do Picão, onde tem princípio o grande quebra-mar em construção, até por sôbre a Barreta das Jangadas, a ligar-se por meio do dique do Nogueira à ilha do mesmo nome.» (1)

(1) Alfredo Lisboa, *Estudo Hidrográfico e Meteorológico do Pôrto do Recife*, 1915, p. 8.

Alonguemos, agora, as nossas vistas para um passado mais longínquo. Que Frederick Hartt tenha a palavra: «A cidade do Recife está situada em uma planície baixa, de depósitos recentes, formada pelo enchimento de uma bacia profunda escavada nas rochas terciárias, terreno que hoje se estende ao redor dela em uma série de terras elevadas que gradualmente aproximam a costa para o lado do sul da cidade; as terras elevadas continuam ao longo da parte ocidental da estrada de ferro de S. Francisco até o Cabo, ponto em que atravessam a estrada e correm em direção leste para o cabo de Santo Agostinho, ramificando-se uma linha de morros baixos que correm em direção norte por algumas milhas perto da costa.» (1)

Na sua obra principal, diz Frederick Hartt: «Já tenho chamado atenção para o fato de que a cidade [do Recife] está situada em terras baixas, ocupando uma profunda reintrancia no lençol terciário da costa, e estendendo-se de Olinda quase até o cabo de Santo Agostinho. Está construída nas embocaduras dos rios Beberibe e Capibari-be, que se unem formando uma espécie de delta, composto de um número de ilhas irregulares

(1) Frederick Hartt, *Relatório*, apresentado como chefe da Comissão Geológica da Província de Pernambuco, em setembro de 1875, in Francisco Inácio Ferreira, *Dicionário Geográfico das Minas do Brasil*, 1875, p. 136.

muito difícil de descrever, e que estão cercadas por uma rede de canais.» (1)

A aludida planície é, assim, de formação geológica mais recente que o *substractum* terciário em que hoje assenta a cidade do Recife.

John Branner, após minucioso exame, chegou à conclusão de que os arrecifes de arenito se encontram entre rochas pliocênicas e rochas outras de idade recente. A sua formação data, pois, do Pliocênio e ainda prossegue. A propósito, o geólogo Luciano de Moraes escreve: «Como só observamos êsses arrecifes em cima das camadas terciárias e principalmente porque na dragagem do pôrto de Natal se extraíram defezas e fragmentos de ossos de *Mastodon* de um dos recifes, colocamo-los no Pleistocenio.» (2)

Frederick Hartt anota uma curiosa particularidade: «Encontram-se êsses recifes em diversos estados de desenvolvimento; em alguns lugares até se encontram dois ou três de diferentes idades, um separado do outro e aproximadamente paralelos.» (3)

(1) Charles Frederick Hartt, *Geologia e Geografia Física do Brasil*, p. 469.

(2) Luciano Jacques de Moraes, *Estudos Geológicos no Estado de Pernambuco*, 1928, p. 74.

(3) Frederick Hartt, *Relatório*, setembro de 1875, in Francisco Inácio Ferreira, *Dicionário Geográfico das Minas do Brasil*, p. 132.

O engenheiro francês Victor Fournié menciona êsse fato digno de nota: «A Companhia do Beberibe encontrou nas escavações ao longo dos açudes de Dois Irmãos e do Prata camadas de arenito análogas ao arenito do arrecife de Pernambuco; a altitude dessas camadas é de 8 metros no local da Usina e de 15 a 16 metros mais acima, no açude do Prata.»

«Lembro ainda o fato sôbre o qual insistí em muitos de meus relatórios oficiais (1875 e 1876) sôbre o pôrto de Pernambuco, que, adiantando-se pelo mar fóra do arrecife, encontram-se muitos bancos sucessivos e paralelos ao mesmo arrecife, tanto mais baixos quanto mais se adiantam ao mar.

«Suponhamos agora uma elevação lenta do solo da província e consideremos uma elevação de 10 metros. O arrecife atual representará o papel dos bancos de arenito de Dois Irmãos, e os bancos atualmente existentes mais adiante no mar virão completar o papel do arrecife atual. Foi isso o que provavelmente se passou, e essa elevação lenta explica a existencia desse arrecife pre-histórico, atualmente escondido no solo, e da formação das aluviões, principalmente fluviais que têm sucessivamente tapado a laguna.» (1)

(1) Victor Fournié, *Relatório*, apresentado ao Dr. Ceciliano Mamede Alves Ferreira, in *Companhia do Beberibe - Relatório*, 1890, pp. 74-75.

Em relação a êsse arrecife soterrado, Sampaio Ferraz se expressa assim: «Em Apipucos, velho recôncavo do mar, na base do outeiro terciário, encontra-se o compacto arenito dos recifes.» (1)

Quanto à aludida hipótese de uma elevação costeira, escudado na reconhecida autoridade de Branner, escreve Luciano de Moraes: «Em relação às oscilações sofridas pela costa, o professor Branner refere que uma depressão de considerável importância se efetuou nos primeiros tempos do Plioceno, seguindo-se-lhe uma fraca elevação.» (2)

O processo de formação dêsses arrecifes é, pois, um processo em marcha. É «a tendência geral que se manifesta à nova produção de arenito», (3) na feliz expressão de Alfredo Lisbôa.

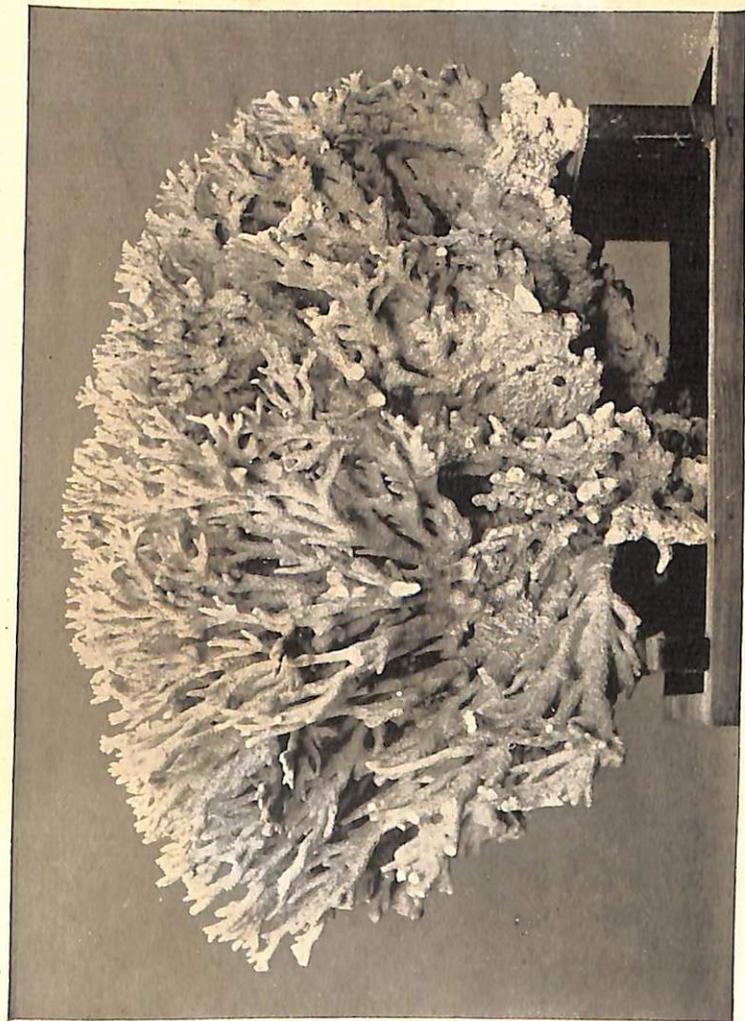
Consideremos, agora, os recifes de coral.

Charles Frederick Hartt esclarece: «Os recifes coraleiros, com a ressaca batendo na parte exterior, assemelham-se, vistos a alguma distância, aos arrecifes de arenito, e póde-se aproximar muito perto dêles sem perceber que sua formação e estrutura são inteiramente diferentes das dêstes. Os recifes de arenito, ou praias consolidadas, são

(1) Domingos de Sampaio Ferraz, *O Molhe de Olinda*, 1914, p. 53.

(2) Luciano Jacques de Moraes, *Estudos Geológicos no Estado de Pernambuco*, p. 75.

(3) Alfredo Lisbôa, *Estudo Hidrográfico e Meteorológico do Pôrto do Recife*, p. 8.



«MILLEPORA ALCICORNIS» DOS ARRECIFES DE PERNAMBUCO

Col. da Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco.

muralhas de rocha, de 30 a 60 metros de largura, bem descobertas na ocasião da maré baixa, enquanto que *os recifes de coral são largos e extremamente irregulares em contôrno*, e só uma parte dêles fica descoberta na maré baixa. Em vez de serem compostos de arenito, são de uma pedra calcária proveniente dos restos dos esqueletos de corais (madréporas).» (1)

O professor Fritz Frech disserta: «... ficou demonstrado o fato de que os corais providos de esqueletos compactos (apurosos) crescem com mais lentidão do que os chamados *madréporas*, caracterizados pelo esqueleto poroso e perfurado.» (2) Esta, talvez, uma das razões do desenvolvimento considerável dos recifes coralígenos. Ha, aliás, as chamadas condições mesológicas essenciais para a formação de arrecifes de coral. São as seguintes: temperatura média anual nunca inferior a 20° C; águas claras e profundidade média de 40 metros, condições estas que se objetivam nas extensas costas tropicais do Brasil.

Os recifes de coral alongam-se pela região costeira do Brasil, a partir da ilha dos Abrolhos, chegando quase a atingir a foz do rio Amazonas. Ja-

(1) Frederick Hartt, *Relatório*, setembro de 1875, in Francisco Inácio Ferreira, *Dicionário Geográfico das Minas do Brasil*, p. 133.

(2) Fritz Frech, *Geologia*, Editorial Labor, 1926, vol. II, pp. 275-276.

mais apresenta a continuidade e a regularidade de contornos que caracterizam os recifes de arenito.

John Branner constatou que os recifes de coral da costa são estreitos, ao passo que os mais largos são os chamados *recifes-barreira*, cuja largura chega a elevar-se, por vêzes, a 30 quilometros.

A título informativo, anoto, aqui, que os recifes de coral se apresentam debaixo de três formas distintas: os *recifes em franja*, presos à terra por uma das faces, a exemplo dos de Caravelas no Estado da Bahia; os *recifes-barreira* ou *recifes de barreira*, a certa distância das costas, separados por um canal, como o recife de coral de Maceió e, finalmente, os *atolls* ou recifes de fórmula anular, tal o caso do *atoll das Rocas*, nas proximidades do arquipélago de Fernando de Noronha.

Os *baixos de Olinda* constituem arrecifes de coral. Tratando do assunto, escreve Alfredo Lisbôa: «A pouco mais de duas milhas do farol do Picão e no rumo N 46° E começam os extensos recifes corallinos, denominados *Baixos de Olinda*, com 1,^m8 d'agua nos pontos culminantes, os quais se espriam sôbre o comprimento de cerca de 3.000 metros, paralelamente ao litoral e até em frente a Olinda e sôbre a largura máxima de 900 metros, na direção Leste-Oeste.» (1)

(1) Alfredo Lisbôa, *Estudo Hidrográfico e Meteorológico do Pôrto do Recife*, p. 3.

De coral são igualmente os arrecifes que formam o pôrto de Tamandaré e o de Maceió.

Em Rio Formoso, ficam emergentes, por ocasião da baixa-mar, os arrecifes de arenito e, para o lado do mar, os recifes de coral, que correm em direção sensivelmente paralela aos primeiros. De menor importância, embora, que os arrecifes de arenito, que, no dizer de Branner, «são no gênero os mais notáveis do mundo», (1) os recifes de coral, entretanto, desempenham a sua função, tendo originado certos ancoradouros naturais e concorrendo para a proteção da orla litorânea contra a contínua ação destrutiva das vagas do Atlântico.

Quanto às posições relativas dos arrecifes de arenito e os de coral, informa o geólogo Luciano de Moraes: «Os recifes de coral são encontrados tanto em baixo como em cima dos de arenito e lhes são contemporâneos. Muitos dos recifes já atingiram o limite superior de crescimento e estão mortos em cima, só se desenvolvendo agora lateralmente.» (2)

É oportuno assinalar que a substância calcária, de que são formados os recifes de coral, já vem apresentando, por sua vez, sinais evidentes de dia-

(1) John Casper Branner, *Geologia Elementar*, 2.^a edição, 1915, p. 218.

(2) Luciano Jacques de Moraes, *Estudos Geológicos no Estado de Pernambuco*, p. 74.

gênese ou seja, em termos mais precisos no caso, uma verdadeira *dolomitização*, isto é, substituição parcial do respectivo cálcio pelo magnésio, proveniente dos sais de tal espécie das águas do mar.

No Brasil, as espécies predominantes da fauna dos pólipos coraliários são a *porites solida*, corais hemisféricos e, entre os ramosos, de aspecto arborescente, a linda *millepora alvicornis*, conhecida vulgarmente pelos nomes de *gingibre* e *itapitanga*.

MANUEL CAETANO, FILHO

56-938

COLEÇÃO

«CARLOS ESTÊVÃO»*

ATENDENDO à solicitação que me foi feita pela Diretoria dêste Museu aqui estou, menos por imperativo cultural porque me falham credenciais para abordar assunto tão profundo quanto complexo e outros mais indicados poderiam se desincumbir, com real valor, dessa missão atraente de falar sôbre civilizações diversas da nossa, igualmente ricas, todavia, de peculiaridades no setor material ou no espiritual e sociológico, mas por uma questão afetiva, dentro de um sentido emocional perfeitamente explicável, uma vez que se trata, não de alguém que apenas viesse tecer um panegírico ao estudioso que levou grande parte de sua existência inteiramente dedicada às pesquisas arqueológicas e etnográficas, porém de uma filha que, durante

* Discurso pronunciado no Museu do Estado, em 15 de dezembro de 1951, pela Secretária, Lygia Estêvão de Oliveira, na inauguração da Coleção «Carlos Estêvão», uma das partes do programa comemorativo do Centenário de nascimento do historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa.

anos, acompanhou carinhosamente os trabalhos paternos, numa perfeita integração de idéias e ação, procurando beber ensinamentos preciosos nas lições daquele que além de Pai era, também e principalmente, um mestre e um mestre amigo.

Experimento, assim, um misto de forte emoção e pesada responsabilidade quando sinto precisar dizer algo a respeito desta coleção, reunida com desvelo e sacrifícios e que constituiu o maior centro de interesse para quem, esquecido de si mesmo, tudo fazia no sentido de transmitir vigor científico e alentar o crescimento deste *filho mais velho* que nasceu com a entrada da primeira peça, em 1908, e o acompanhou pela vida em fora, emprestando à sua existência um sentido de altruísmo, concorrendo para o engrandecimento da ciência e para o seu aumento patrimonial.

Distante de Pernambuco, permanecia, contudo, com os olhos voltados para o seu torrão querido, para o seu Recife que o viu nascer, para a saudosa Olinda dos *malassombrados* que êle revivia nos serões familiares, ao lado da história verdadeira de heróis que se imolaram pela integridade da Pátria, tornando tudo isso familiar aos filhos pelo contínuo recontar dos fatos que narrava entusiasticamente e nos fazia viver como se todos estivéssemos sendo criados ouvindo o mar quebrar nas praias dos Milagres ou correndo pelas ladeiras históricas da velha Marin.

As injunções da vida fizeram-no afastar-se, no tempo e no espaço, do seu querido Pernambuco, repito, não

obstante, jamais êsse tempo e êsse espaço tiveram influência em sua sensibilidade para fazê-lo olvidar a terra que tanto amava. Jamais a esqueceu, e o seu sonho dourado era terminar os seus dias em um engenho em Pernambuco. Não surpreende, portanto, a resolução que tomou — quando sentiu que as forças lhe fugiam levando consigo a concretização do sonho — de ofertar a uma instituição do Recife a resultante objetiva do seu esforço, representada por tudo aquilo, pacientemente colecionado quando se encontrava em outras plagas também amigas e acolhedoras, já que o seu dinamismo não pôde ser desenvolvido sôb o reflexo cultural da velha Faculdade do Recife, a escola que o aprestou para as lides do espírito ou entre os coqueirais que lhe presenciaram as traquinadas de menino vivo e ardiloso.

Sentimo-nos sumamente compensados de tão grande labor assistindo hoje a instalação da Coleção «Carlos Estêvão» que, por sua vontade, veio incorporar-se ao patrimônio do Museu do Estado. Sôb a guarda desvelada e técnica do nosso Museu está, portanto, perpetuada a obra que êle legou à posteridade para que pudesse, instruindo a mocidade do Brasil, lhe despertar o amor pelos primitivos habitantes da nossa Pátria, tão injuriados, perseguidos e incompreendidos por aquêles que, desejando beneficiá-los integrando-os na nossa civilização, não atendiam à circunstância de que êles também possuíam a sua com hábitos e costumes, normas sociais e tradições cultuadas religiosamente e

que era mistér respeitar. Menos por maldade do que por desconhecimento destas verdades erraram os nossos antepassados e, dêsse modo, a falta lhes é atenuada. Procuremos nós, que temos a faculdade de remover o véu da incompreensão pelo aprimoramento cultural, reparar mal tão lamentável, estudando desveladamente os nossos índios e protegendo-os contra a ganância e maldade daqueles que ainda não assimilaram os sãos princípios orientadores da proteção que bem o merecem dentro de um critério consciente de trocas que proporcione a sua melhoria moral sem destruição de sua individualidade histórica.

Ao Govêrno do Estado de Pernambuco somos gratos pela acolhida dispensada a acêrvo tão valioso e particularmente caro para todos nós.

Consignamos, igualmente, o nosso reconhecimento a todos que contribuíram para enquadrá-lo na sua verdadeira e essencial missão que é instruir, falando por si mesmo nas suas sugestivas cores e formas e transmitindo a história de cada uma de suas peças ao público que nos visite, história por vezes misteriosa e sempre surpreendente pelo ineditismo de seus ensinamentos, desdobrando diante da nossa curiosidade a alma simples e complexa, diferente e ignorada no nosso ameríndio.

Cinquenta e quatro tribos conhecidas historicamente e identificadas, com farto documentário aqui se encontram na coleção etnográfica num total de 1998 peças. São representantes dos diversos grupos linguísticos com

os seus característicos próprios conservados no decorrer dos tempos, resistindo às influências estranhas à sua cultura através das inúmeras tentativas, bem intencionadas quase sempre, no sentido de trazê-los ao nosso meio social.

Rica no seu colorido brilhante, a arte plumária dos Tupi, anotada desde Vaz de Caminha e confirmada por Staden, Lery, Gabriel Soares, Cardim, Thevet, Claude d'Abbeville, Karl von den Steinen e tantos outros podemos aqui apreciar nos diademas dos Urubu do alto Gurupi, Estado do Maranhão, ou ainda em seus mosaicos de penas delicadamente trabalhados nos colares e enfeites labiais. O fuso, o tecido de algodão cultivado por eles desde remotas épocas, as rêdes caprichosamente urdidas, mais uma faceta da cultura tupi, também temos a satisfação de possuir para comprovação do que aprendemos no estudo de gabinete.

Há ainda valioso material ligado à sociologia de diversos grupos e tribos como os enfeites da moça na festa da puberdade vindos do longínquo Solimões e pertencentes aos Tukuna, completados pelas máscaras de dança feitas do entrecasco do Tururi e originalmente desenhadas com tintas naturais descobertas e aplicadas pelos próprios índios e ainda os bastões esculpidos, utensílios e ornamentos usados na cerimônia aludida.

Procedentes de aldêia do Ponto no rio Corda e pertencentes aos Canelas Orientais, povo do grupo Gê que possui um dos mais intrincados sistemas sociológicos

primitivos, com quatro organizações duais e uma complicada iniciação que abrange aproximadamente o espaço de 10 anos e divide os rapazes em classes de idade, temos diversos objetos usados por eles durante esse tempo em que se preparam para, tornando-se fortes e aptos, desempenhar eficientemente o papel de indivíduo na engrenagem sociológica. A máscara exibida em uma de suas festas também aqui está contando-nos a sua história e significado. Notas preciosíssimas possuímos fornecidas pelo maior conhecedor da etnologia brasileira de nossos dias o saudoso Curt Nimuendajú que estudou minuciosamente esses índios trazendo à luz da ciência muito do ignorado até então. Ainda de C. Nimuendajú é o grande mapa etnográfico, assinado e oferecido pelo autor, trabalho original e de valor inestimável.

Copioso material dos povos Chama do Perú, constituído principalmente pelos bonitos tecidos de missangas, rico em colorido e motivos, cuja fertilidade de imaginação jamais possibilita a repetição exata de desenhos, fala bem alto à nossa sensibilidade artística. A cerâmica peruana é igualmente artística e característica tendo surpreendido Métraux quando de sua recente visita ao nosso Museu.

A coleção de arcos é vasta e curiosa, já pelos formatos diversos em cada grupo ou tribo, com variantes dentro de um mesmo povo, já pela madeira que difere em coloração e rigeza ou ainda pela maneira de ornamentação e pelo material empregado nas cordas, con-

feccionadas com algodão ou fibra de palmeiras. Chamamos a atenção para os arcos Assurini, material hoje raríssimo e peculiar pela forma exageradamente larga em relação ao tamanho sendo um dos mais característicos neste particular registrado entre povos do Brasil. O *Handboock of South American Indians*, vol. 3, que integra numa série o boletim 143 da *Smithsonian Institution*, reproduz um dos nossos exemplares documentando essa peculiaridade, citando ainda as flechas pertencentes à nossa coleção. Aliás, podemos enumerar outras citações sendo a mais recente encontrada no trabalho da cientista americana Helen Palmatary, *The Pottery of Marajó Island, Brasil*, publicado em 1950. A nossa coleção já transpoz, assim, o limite do Brasil para se lançar no estrangeiro como algo digno de merecer menção. A variedade das flechas nos diversos tipos de implumação, apresentando as pontas mais estranhas e originais, forma, igualmente, um conjunto apreciável.

Três troféus de guerra, constituídos pelos crânios dos inimigos fazem parte do material Parintintin e Arara.

A diversidade de colares compostos, artística ou extravagantemente, com sementes, penas, coquinhos esculpido, conchas e um sem número de outros materiais nos patenteiam a vaidade inata em tôda a alma humana que, diga-se de passagem, é muito mais pronunciada no elemento masculino dentro das sociedades primitivas. Os tecidos de tala ou palha nos impressionam pela variedade de técnica e formatos.

Tudo enfim, rico de colorido, forma ou originali-

dade, nos mostra facetas culturais de outras civilizações distanciadas da nossa, porém com o seu valor e a sua arte.

A arqueologia se faz representar por um volumoso material lítico, distribuído em 23 séries levando-se em conta a forma do machado, pelos chamados *pão de índio*, alimento encontrado hoje fossilizado e cujo exame constatou a presença de substâncias vegetais, especialmente a farinha de mandioca, e pela cerâmica procedente das regiões de Marajó, Santarém, Maracá, Xingú e outras menos conhecidas. São urnas funerárias curiosas como as antropomorfas de Maracá, vasos, pratos, panelas, fusos, tangas, onde se vêem desenhos primorosos, ornamentos plásticos, pintura e ranhuras, ressaltando a forma exótica da peça ou marcando, talvez inconscientemente, as linhas do seu estilo próprio. Santarém, dentro do seu feitio característico de modelagem, surge diante da nossa curiosidade como testemunho da cultura de um povo pouco documentado historicamente, citado por Betendorf no século XVII e posteriormente silenciado.

Enumerar mais ou prosseguir em considerações seria enfadonho e importuno quando podemos empregar o sentido da visão para descobrir os encantos do passado desdobrando diante da nossa sensibilidade um mundo de estranhos objetos cheios de mistérios e desconhecidos para nós.

Pernambuco recebe hoje, como parte das comemorações do centenário de um seu ilustre filho, o histo-

riador Francisco Augusto Pereira da Costa, a oferta que lhe fez um seu outro filho, estudioso da cultura dos povos, Carlos Estêvão de Oliveira. O Homem e a História se completam e se irmanam colhendo em um mesmo preito de saudade o reconhecimento e a admiração de todos os seus compatriotas.

56-939

REVISTA DO NORTE

DIRETOR: JOSÉ MARIA C. DE ALBUQUERQUE.

RUA MANUEL CAETANO, 42.

RECIFE. BRASIL.

F

981.34

R454

F.T.

o S.C.
o F.K
o C.C

Só foi feita catalogação analítica
por os artigos.
F.T. por a revista.



Inc. 91

Alvado na última
anda

NÃO PODE SAIR
DA BIBLIOTECA

of St. Amazonas

058.134

R 454 851-1923

Inc/68

Inv. 2019

